

Fascismo e epidemia



Por LINCOLN SECCO*

Bolsonaro congrega as piores características de todos os líderes neofascistas e libera os instintos reprimidos de seus seguidores

O uso da metáfora epidemiológica em política não é privilégio do fascismo, mas nenhum outro movimento se utilizou tanto dela. A tentação de falarmos a respeito do fascismo da mesma forma (como vírus, doença, bactéria etc) é grande porque não concebemos a maldade na banalidade. A “Gripe Espanhola” esteve muito próxima de duas mudanças estruturais. A primeira delas foi a alteração do cotidiano produzida pela Primeira Guerra Mundial. As atitudes diante da morte foram violentamente modificadas numa escala imprevista e o próprio modo de vida, as relações conjugais e o mercado de trabalho se transformaram.

A segunda foi a reunião fundacional fascista na *Piazza San Sepolcro* em Milão a 23 de março de 1919 (e no ano seguinte a criação do Partido Nazista na Alemanha), cuja consequência seria uma nova guerra mundial. Outras epidemias sobrevieram depois da derrota fascista na Segunda Guerra, mas só em 2020 houve novamente a coincidência de uma transformação profunda na vida cotidiana e na esfera política com uma pandemia. O confinamento no século XXI coincide com a nova ascensão do fascismo em vários países e uma inédita experiência virtual.

Da Hungria à Polônia; da Itália à Grã Bretanha; dos Estados Unidos às Filipinas; e em grande parte da América Latina governos são conquistados por bandos fascistas ou permitem tranquilamente seu fortalecimento. Além disso, a popularização do whatsapp, das redes sociais e o acesso massivo a comunicações pela internet expuseram as pessoas à disseminação de ideias fascistas antes mesmo que nos acostumássemos com o novo espaço técnico científico e informacional ao qual seríamos obrigados a nos confinar.

Aquele espaço é travejado pelos interesses mercantis e desigualdades sociais. O *home office* para uns e o trabalho precário e contagioso para outros; o isolamento real para idosos e a convivência virtual para a juventude de classe média mudaram rapidamente a rotina.

Esses fenômenos são conjugados porque os fascistas encontraram terreno fértil tanto na internet quanto nas frustrações de ascensão econômica prometida pelo neoliberalismo. Assim, mobilizaram rapidamente toda sorte de ressentidos e exploraram pelas redes sociais a crítica popularizada de um mundo político e acadêmico apartado da sociedade.

Ciência

Cinco séculos de modernidade capitalista produziram um jactancioso discurso normativo fundado na ciência. E, no entanto, diante de um fenômeno que ameaça a vida cotidiana a única resposta que as autoridades sanitárias encontraram em pleno século XXI foi a mesma dos venezianos na baixa idade média: a quarentena.

A longa duração do sofrimento humano sempre colocou em causa a mensagem científica. Os acadêmicos foram surpreendidos porque raramente concebem seu discurso como mais um no espaço público, já que produzem a verdade. Ora, “verdades” têm que ser convincentes e estar de acordo com a vida prática das pessoas, mas como convencê-las quando estiveram submetidas a consultas negligentes ou falta de serviços básicos de saúde?

Há algo de novo sob o sol? Nos boletins de sociedades geográficas do século XIX há uma miríade de notícias das expedições imperialistas na África, mas o que chama a nossa atenção são as discussões sobre a quarentena. Em novembro

a terra é redonda

de 1865 “eravamo in quarenntena” lamentava Enrico Giglioli a bordo de uma fragata. A experiência daquele confinamento não era essencialmente diferente da nossa no século XXI, oscilando entre a busca de passa tempo e o excesso de carga de trabalho. Para vencer “le lunghe ore” (longas horas) de reclusão, aquele italiano estudava os seres marinhos que caíam nas redes de mão, único objeto que as autoridades sanitárias permitiam usar.

As manifestações públicas pela abertura do comércio e pelo fim do confinamento, em geral comandadas por líderes neofascistas como Bolsonaro ou Trump, tem uma lógica que vai além da necessidade do fascismo coincidir com uma mobilização permanente. Ela também responde às necessidades da acumulação de capital.

No século XIX a quarentena foi combatida em nome de interesses econômicos. A Conferência Sanitária de Viena (1874) condenou a quarentena, mas foi o comércio quem a aboliu, pois países perdiam dinheiro com o desvio de linhas de vapor e de navios mercantes, bem como pelo fato dos passageiros não comprarem no período em que ficavam retidos. Alguns países, como Portugal, só aboliram os lazaretos no início do século XX, criando um posto marítimo de desinfecção. Mas a gripe espanhola de 1918 novamente obrigou as pessoas à vida enclausurada: teria ela alguma relação com acontecimentos posteriores? Essa é a mesma indagação que um professor primário faz na película *Das weiße Band* (*Fita Branca*, 2010) de Michael Haneke. Isso depois que em 1913 estranhos atos violentos chocam um pequeno vilarejo do norte da Alemanha.

Confinamento

Foi através do confinamento numa tela de computador ou em num *tablet* que se difundiu um curta-metragem (o termo ainda é analógico) cuja duração não podia ser mais adequada ao meio, seja o *Streaming* ou a simples descarga de dados. A forma de distribuição digital condiz com uma percepção enclausurada. Outrora, ele seria visto na sala de cinema, antecedendo algum longa-metragem.

O filme a que me refiro é *The Fall*, dirigido por Jonathan Glazer em 2019, com trilha sonora de Mica Levi. Nele, um grupo mascarado castiga um homem solitário que também usa máscara. A turba na floresta está enfurecida; os rostos fixos; ela balança a árvore até que o homem perseguido caia. Em seguida, coloca uma corda no seu pescoço; ouvem-se grunhidos e sons que atemorizam. A animalização está também na trilha sonora. Lançado a um poço profundo, ele começa a subir novamente depois que aquele grupo vai embora satisfeito.

Trata-se de mais uma transposição artística do conto *A Loteria*, escrito por Shirley Jackson e publicado em 26 de junho de 1948 em *The New Yorker*, causando uma reação irada de muitos leitores. O ritual de habitantes de uma pequena cidade dos Estados Unidos reunidos para um sorteio lotérico era comum. Também a maldade e a covardia provincianas aparecem em inúmeras obras cinematográficas de *High Noon* (*Matar ou Morrer*, 1952) de Fred Zinnemann a *Dogville* (2003) de Lars Von Trier. A vingança do indivíduo que retorna para se vingar da pequena comunidade expõe sua hipocrisia é tema tanto do brilhante conto *O Homem que Corrompeu Hadleyburg* (1899) de Mark Twain (naturalmente proibido na era do macartismo) quanto de *A Visita da Velha Senhora* de Dürrenmatt, escrito naqueles mesmos anos 1950 macartistas.

No conto *A Loteria* de Shirley Jackson uma comunidade interiorana de 300 habitantes se reúne anualmente, ao principiar o verão, para um sorteio. Uma pessoa acaba sendo escolhida para ser apedrejada até a morte como uma espécie de sacrifício para que haja uma boa colheita.

Sob a aparência de unanimidade na massa de pequenos fazendeiros há aqueles que esperam ansiosos o sorteio com pedras nas mãos, mas há também os que ficam nervosos, os que se sentem constrangidos ou até torcem para que uma determinada jovem não seja a escolhida.

Um certo Senhor Adams comenta: “Dizem que, lá no vilarejo ao norte, estão falando em abandonar a loteria”. O Velho Warner que estava a seu lado fez um muxoxo e atribuiu isso a jovens tolos. Ainda assim a Senhora Adams voltou à carga e disse: “Em alguns lugares, eles já abandonaram as loterias”. Assim que a primeira pedra atinge a cabeça da pobre sorteada, o velho Warner é quem anima: “Vamos, vamos, pessoal”. Mas quem está à frente da multidão é o próprio Senhor Adams que arriscara questionar o costume antigo. Não sabemos se ele atira pedras, mas aparentemente todos se precipitam para a pobre sorteada.

Em 1979 Louis Malle viajou para o Midwest e entrevistou os habitantes de uma comunidade agrícola para seu filme *God's Country*. Seis anos depois ele retornou, após a eleição de Reagan, e viu uma cidade em crise. Diante dela, as reações são múltiplas: da crença nas pessoas boas do país até a promessa de uma reação armada contra os impostos, os judeus e os negros. Malle já havia produzido um filme polêmico (*Lacombe Lucien*, 1974) em que retratara o cotidiano da França

a terra é redonda

colaboracionista durante a ocupação alemã. Seu personagem de uma pequena aldeia do sudoeste tentou ingressar na Resistência; recusado, passou a ser espião da Gestapo (*Geheime Staatspolizei*). A “comunidade” comporta diferenças e conflitos, mas também um grau de ignorância e indiferença.

Comunidade

A disseminação da Internet não realizou a expectativa de uma ágora virtual. Ao contrário, projetou-se nela a pequena comunidade, idealizada como o lugar social sem contradições internas relevantes. A mesma do conto *A Loteria*. Em vez de 300 pessoas pode haver três milhões, mas o comportamento provinciano da turba enfurecida é rigorosamente o mesmo. Nos primeiros espaços de relacionamento virtual, como o Orkut, forjavam-se “comunidades”.

Em 2015 Umberto Eco declarou que o “drama da Internet é que ela promoveu o idiota da aldeia à portador da verdade”; enquanto antes ele tinha direito à palavra “em um bar e depois de uma taça de vinho, sem prejudicar a coletividade”, agora seus ditos valem tanto quanto os de um prêmio Nobel (ainda que a comparação seja discutível).

O que o idiota da aldeia expelia na taverna permanecia no seu pequeno círculo de vizinhança, na sua família ou no quarto dos seus desejos inconfessáveis. Mas agora os preconceitos continuam na comunidade pequena, embora ela seja numericamente grande. O espaço virtual tende a nos confinar em guetos de preconceitos compartilhados da mesma forma que na aldeia.

Os fenômenos de perseguição às pessoas nas fronteiras dos países europeus recrudesciam nas épocas de epidemia. *Pogrons*, linchamentos e fortificação dos postos de controle fronteiriço se tornavam mais frequentes.

Ora, a primeira coisa que a disseminação das redes sociais proporcionou foi a experiência do linchamento virtual. Ao ver uma série de comentários negativos e destrutivos sobre uma pessoa nós podemos anonimamente jogar mais uma pedra e ninguém saberá exatamente quem foi o responsável pelo ato causador da morte virtual (às vezes real) da vítima. A morte virtual também tem um antecedente histórico: a pena de morte civil no Brasil foi prevista nas duras regras do Distrito Diamantino no século XVIII. Era “como se a pessoa deixasse de existir”, definiam as leis da época.

Acima do confinamento real podemos vivenciar a falsa convivência virtual. A animalização do ser humano que o fascismo promove é muito mais eficaz quando podemos ofender e ameaçar sob a proteção de uma tela de computador. Mas a covardia do herói de teclado é a mesma do exaltado escritor de gabinete ou do “corajoso” da turba.

A onda virtual desanima até quem poderia defender a vítima e teme ser execrado. Decerto não há novidade nisso salvo a velocidade das injúrias. Na ditadura argentina os vizinhos que viam alguém ser levado pelos assassinos uniformizados se conformavam dizendo: “por algo será”.

Vigilância

A vivência numa comunidade está baseada na autovigilância. Os exemplos históricos são muitos. Pense-se por ora tão somente em dois livros do que se convencionou chamar de micro história, um tipo de historiografia que procura “conexões entre as correntes gerais dos historiadores e a experiência viva das pessoas”: Menocchio, personagem de Carlo Ginsburg em *O Queijo e os Vermes*, não pode escapar tanto às delações de gente ordinária como à própria língua: lia e falava demais para um simples moleiro. Já o famoso Martin Guerre perambulou por aldeias que revelavam um quadro vivo dos padrões de relacionamento inter pessoal e dos mexericos dos povoados do sul da França no século XVI segundo a historiadora Natalie Zemon Davis.

Mas a autovigilância comunitária só existe com o concurso do poder estabelecido. Na própria internet os algoritmos, as câmeras, os registros de telefone móvel, de transações financeiras, trocas de mensagens etc já exerciam o controle sobre os usuários. A epidemia forneceu o pretexto para o Estado controlar o direito de ir e vir através do mapeamento de deslocamentos registrados no celular entre outras coisas.

Também aqui não há novidade, exceto no meio utilizado. As quarentenas do século XIX eram complementadas pelo chamado cordão sanitário: tropas que impediam a passagem de pessoas nas fronteiras. O verbete *cordon sanitaire* do Dicionário de Garnier-Pagès discutia se aquela medida era útil ou não para conter uma epidemia. Mas em pleno século XIX alertava: “em nossos dias [o cordão sanitário] passou a servir de instrumento político, destinado a outra coisa e não ao combate ao contágio”. Sob a Restauração (1815-1830), prosseguia o autor do verbete, o cordão sanitário situado nos Pirineus, desde que a febre amarela foi contida, “estava muito mais destinado a vigiar os movimentos dos liberais da

a terra é redonda

Espanha do que a servir de barreira ao progresso de uma doença” que não ameaçava mais.

Não foi por acaso que a expressão *cordon sanitaire* foi evocada de novo durante a epidemia da gripe espanhola por Georges Clemenceau como uma metáfora para o conjunto de países capitalistas que faziam fronteira com a Rússia Sovética cuja incumbência era impedir a propagação da “infecção bolchevista”.

Os pequenos homens

A superposição dos laços comunitários e do sentimento nacional é bem conhecida dos historiadores. Ela não apagou, antes reproduziu o ideal da gente pequena contra o banqueiro “judeu” que prejudicava o *shopkeeper* negando-lhe crédito ou escorchanhando-o com juros impagáveis. A reunião de cada pequeno homem (*der Kleine Mann, le petit commerçant*) numa falsa união baseada no anti-semitismo era o “socialismo dos idiotas”, como a denominou o social democrata alemão August Bebel.

Os jornais radicais e socialistas franceses exibiam com orgulho os títulos de *Le Petit Niçois, Le Petit Provençal, La Petite Charente, Le Petit Troyen...* no Brasil houve, v.gr., o sempre “imparcial e noticioso” *Pequeno Jornal* de Guaratinguetá (SP, 1885); o *Pequeno Jornal* da Bahia (1889); e o *Jornal Pequeno* de Manaus (1911). Em Recife o *Jornal Pequeno* foi fundado em 1898 e muitos anos depois assumiu uma linha fascista.

O cosmopolitismo esmagou as pretensões do provinciano Lucien de Rubempré em *Ilusões Perdidas* (1837) de Balzac. Ele voltou desolado à sua insignificante Angoulême. Mas o século XX gerou a atitude fascista que rejeita o grande mundo das ideias reconhecidas e exalta o pequeno universo do falatório de botequim de beira de estrada. Como os boas-vidas de Fellini (*I Vitelloni*, 1953) ela oscila entre as aventuras adolescentes tardias e a pretensão social ou cultural frustrada.

Aquela atitude não é casual. Ela radica sua irrazoabilidade numa causa bem razoável e isso nos devolve ao princípio de nossa exposição. A arrogância do saber ilustrado rejeita a espontaneidade e, *a fortiori*, os elementos de consciência que habitam o senso comum. Num esquecido *best seller* brasileiro, o protagonista de *O Feijão e o Sonho* (1938) de Orígenes Lessa é o pequeno intelectual zombado pelos homens do lugarejo. Só pode reagir com desprezo pela rotina das pessoas comuns. É o retrato do descompasso entre uma pretensão literária e qualquer sentido prático da vida.

Conclusão

O sentimento extravasado não contradiz necessariamente o equilíbrio racional. Numa sociedade despedaçada e utilitarista, o fascismo oferece o reencontro da intimidade, da emoção e da comunidade *fake* e promete um engajamento numa causa transcendente. Que ela seja uma máscara para a permanência da exploração, da desigualdade e das opressões insuportáveis do cotidiano não importa porque a adesão a ele não é racional. E isso é verdadeiro tanto para a era informática quanto para o pós primeira guerra. Nesse sentido estrito, não foi mera coincidência Bolsonaro assumir o poder no centenário da reunião da *Piazza San Sepolcro*. Ele congrega as piores características de todos os líderes neofascistas e libera os instintos reprimidos de seus seguidores.

Para opor à massa fascista outra de igual intensidade, mas armada pela razão, não basta ater-se à própria razão. É preciso despertar algo mais que talvez já esteja lá, confinado em cada um, nos lares recônditos em que se aguarda a vez de ser sorteado.

***Lincoln Secco** é professor do Departamento de História da USP. Autor, entre outros livros, de *Gramsci e a revolução (Alameda)*.